

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA CAMPUS VALENÇA**

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE 2021

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, utilizando a ferramenta Microsoft teams - sala intitulada CONPUS Cefet Valença, reuniu-se de forma *online* o Conselho do *campus* sob a presidência do diretor Fabiano Alves de Oliveira, contando com a presença dos conselheiros: Maurício Maynard do Lago - gerente acadêmico, Amilton Ferreira da Silva Júnior - coordenador da graduação em Engenharia de Alimentos, Marcellus Henrique Rodrigues Bastos - coordenador da graduação em Administração, Alvaro Monteiro Carvalho Arcanjo - coordenador do curso de Ensino Médio, Jéssica da Silva Alves de Pinho - coordenadora do curso técnico de Química, Carla Inês Soares Praxedes - coordenadora do curso técnico de Alimentos, Jeimis Nogueira de Castro – suplente do coordenador da pós-graduação em Temas e Perspectivas Contemporâneas em Educação e Ensino, Alexandre Matos Drumond - suplente de representante dos docentes, Alba Regina Pereira Rodrigues - representante dos docentes, Anita Bueno de Camargo Nunes – representante de extensão, Breno Pereira de Paula - representante de pesquisa, Camila Silva Pinho - representante dos técnicos-administrativos e Ciro Medeiros Bruno - representante discente de graduação. Participaram como ouvintes os docentes Marcus Vinícius Pereira de Souza e a contadora Maria Simoni do Nascimento Soncin. Iniciando a sessão, o diretor Fabiano apresentou a pauta única: 1 – Discussões sobre a portaria 983/2020 MEC, que regulamenta alterações na carga horária docente. O docente Breno disse que foram feitas várias reuniões, levantadas informações para que se pudesse fazer uma radiografia em relação à atividade docente e assim se chegaram a alguns posicionamentos. É consenso entre os docentes do *campus* Valença de que a nova portaria é prejudicial às atividades não só em relação ao ensino, mas também envolvendo pesquisa e extensão. Como explicou Alexandre Drumond, não há concordância com a portaria que regulamenta 14 horas de atividades para ensino, prejudicando as demais atividades. No entanto, caso a instituição venha a regulamentar a portaria, o *campus* Valença deveria estar mais amadurecido em relação ao documento, se preparando caso a mudança aconteça. Breno apresentou um diagnóstico das creditações por professor em disciplinas regulares, optativas e de pós-graduação, mostrando que, caso a portaria seja validada, haveria um déficit de creditação por professor em todas as disciplinas. Convertendo o módulo-aula que atualmente é de 45 minutos no *campus* para hora-relógio de 60 minutos, um grande número de docentes não cumpriria a nova portaria, estando dentro da norma apenas quatro docentes. Sem o fator de correção, apenas três professores atenderiam à legislação, cumprindo as 14 horas semanais. O déficit de carga-horária seria absorvido se houvesse aumento na taxa de ocupação de sala de aula que atualmente já gira em torno de 70%, podendo passar para praticamente 100%. Alexandre Drumond citou a possibilidade de equiparação do módulo-aula com os demais *campi*, passando dos atuais 45 minutos para 50 minutos. Assim, as 20 semanas semestrais poderiam ser cumpridas em 18 semanas. Por conta das atuais circunstâncias vivenciadas no *campus* com a aula-hora de 45 minutos, há a falta sensação de que passamos menos tempo em sala de aula do que nos

outros *campi*. No entanto, com a modificação o déficit por professor cairia consideravelmente, mas teria que ser regulamentado em instâncias superiores. Os conselheiros lembraram ainda que a comissão que trata de mudanças na Planilha RAD já estava abordando o fator de correção como fundamental para que se conseguisse cumprir a portaria sem maiores traumas. Com mudanças na carga-horária semanal e fator de correção dez professores passariam a cumprir a portaria, o que acarretaria em diminuição de cerca de 50 horas de déficit semanal. Foi apresentado um diagnóstico de taxa de ocupação de salas de aula. A capacidade semanal de oferta das salas de aula é de 11 salas de aula, somando todos os turnos 935 módulos-aula de 45 minutos, taxa total de ocupação de 68%. Sabe-se que espaço físico é um problema para o *campus* Valença, mas poderia aumentar o uso, caso seja extremamente necessário. Os laboratórios cumprem 14% nos turnos matutino e vespertino e 3% apenas no noturno. Dessa forma, é possível aumentar o uso de aulas práticas, o que impactaria no cumprimento da portaria. As propostas do grupo de trabalho (GT) são investir na estrutura e na ociosidade dos laboratórios, compondo estratégias pertinentes e fundamentais. Dividir disciplinas práticas, já que as turmas são normalmente grandes, acima de 30 alunos, e normalmente alguns laboratórios têm capacidade máxima de 15 alunos por conta de segurança. Assim, os professores devem dividir a parte prática em duas ou três turmas menores. Infelizmente, esta prática não é oficialmente regulamentada, pois se assim fosse, haveria um impacto direto na progressão dos docentes. Ou seja, é fundamental que se consiga oficializar tal prática que já é seguida por professores que ofertam disciplinas práticas. Outro ponto debatido pelos docentes foi a oferta de disciplinas optativas. Se fossem ofertadas na quantidade de vagas compatível com o tamanho do laboratório, haveriam turmas menores, possibilitando que mais professores ofertassem disciplinas desse tipo. Outra alternativa seria oferecer cursos de qualificação que normalmente são mais rápidos com cargas-horárias em torno de 160 horas e que estes cursos fossem ofertados em dias em que a taxa de ocupação de salas de aula é menor e a ociosidade maior, como, por exemplo, aos sábados. A oferta de cursos de pós-graduação foi outro ponto levantado pelos conselheiros como uma possibilidade de aumento de carga-horária docente até por conta de as salas de aula não serem suficientes para oferta de cursos regulares, constantes e integrais. A coordenadora Jéssica enfatizou que a realidade de um curso não é a mesma que o outro e, portanto, o assunto merece cuidado e atenção. Fabiano e os demais conselheiros manifestaram insatisfação com a portaria que, apesar de ser de 2020, foi bastante negligenciada e reafirmaram que a tríade ensino, pesquisa e extensão na carreira de EBTT fica totalmente comprometida com a portaria. Os conselheiros concordam ser necessário maior mobilização pra para derrubar a portaria, mas que se isso não acontecer, é importante se adequar para que esta seja cumprida. Foi retomado o ponto discutido no início da reunião sobre os cursos de graduação que poderiam ter equiparação do módulo-aula da grande maioria dos *campi*: passar de 45 minutos para 50 minutos e 18 semanas ao invés das atuais 20 semanas. Os conselheiros lembraram também sobre a questão de evasão: quanto maior a carga horária, maior a evasão no curso. Muitos conselheiros concordaram com os dois pontos afirmando que se a mudança significar a sobrevivência da instituição, será necessário se adequar. Um ponto levantado e pouco debatido foi sobre a criação de disciplinas optativas para o ensino médio. Breno falou sobre o déficit de horas que gira em torno de 2 mil horas. Este seria absorvido por um curso técnico de 1800 horas, mas que, para isso, seria necessário fazer um levantamento sobre as áreas deficitárias. Alvaro afirmou que a reunião enseja um pontapé inicial para que mudanças aconteçam no *campus* se for necessário se adequar

à portaria. Fabiano falou que uma reorganização no ensino médio poderia liberar professores da área e direcionar pra um curso técnico ou de pós-graduação (aulas no sábado). Para o diretor, é preciso enxergar além da carga deficitária e visualizar quais as áreas de conhecimento que merecem mais atenção, propondo um estudo das áreas ociosas. Alexandre Drumond falou que os colegiados poderiam discutir sobre as áreas, fazer um levantamento por docente e trazer para discussão no CONPUS incluindo as 14 horas ministrando disciplinas, considerando horas de preparação, orientação, reuniões pedagógicas, projetos de ensino, entre outros. Os conselheiros lembraram que a portaria caminha para o desmonte do ensino, pesquisa e extensão e vai na contramão do que se espera e acredita de uma instituição de educação moderna e de qualidade. Fabiano falou sobre o orçamento baixo e da posição frágil da educação que lida com uma fase de desmonte das universidades na atualidade. Foi proposto que o grupo de trabalho reapresentasse as falas juntos aos colegiados e trouxesse o assunto para ser discutido novamente no CONPUS. Ao final da reunião os conselheiros agendaram uma 2ª Reunião Extraordinária para o dia 10/06 (quinta-feira), às 14h40min, para deliberar sobre o documento que visa atender à portaria. Às dezesseis horas e vinte e oito minutos, não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão, da qual eu, Fernanda dos Santos Rocha – Secretária do Gabinete, lavrei a presente ata, que depois de aprovada, será assinada por mim e pelo diretor do *campus* Valença. Valença (RJ), 02 de junho de 2021.